

ENSINO DE LIBRAS PARA ALUNOS OUVINTES DE UMA ESCOLA MUNICIPAL.

Ione de Almeida Querino (1); Edna Ferreira Lira (2); Andressa da Cunha Soares (3); Ana Cristina Silva Daxenberger (4)

(1) Universidade Federal da Paraíba (CCA), ionelmeidaquerino@outlook.com

(2) Universidade Federal da Paraíba (CCA), ednalira.39@gmail.com

(3) Universidade Federal da Paraíba (CCA), andressa_bbg@hotmail.com

(4) Universidade Federal da Paraíba (CCA), anacristina.daxenberger@gmail.com (orientadora)

Resumo:

Ao ensinar LIBRAS - (LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS), pode - se perceber o interesse dos alunos em aprender uma língua nova, a qual é obrigatória em todas as escolas regulares. Porém o que se pode nota que isto não esta acontecendo de fato, criando um déficit muito grande entre alunos e professores de escolas regulares que não sabem os conceitos básicos de LIBRAS. Professores não estão tendo acesso a uma formação para poder ensinar LIBRAS, não só para alunos surdos, como também, os ouvintes, facilitando a comunicação entre os atores da escola. Este projeto de extensão que está sendo desenvolvido por graduandas do curso Licenciatura em Química, no Centro de Ciências Agrárias (CCA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tem como objetivo não só ensinar LIBRAS para alunos ouvintes mais também, discutir a importância de libras para a sociedade, mostrando as dificuldades encontradas por pessoas surdas, o preconceito que em pleno século XXI não diminuiu de forma significativa, tendo construir práticas de inclusão social por meio do ensino de Libras. É necessária uma preparação para todos os atores no âmbito escolar: do gestor aos demais funcionários. O projeto foi desenvolvido em uma escola regular estadual de ensino fundamental II, da cidade de Areia, localizada na Paraíba. Durante a execução do projeto estão sendo ministradas aulas de LIBRAS para alunos de duas turmas do 8º ano, com a participação de alunos cujas faixas etárias variam entre 11 a 16 anos. Com o decorrer das atividades podemos perceber um grande interesse na maioria dos alunos buscando sempre saber mais, questionando a forma como vivem os surdos, comentando as experiências que já tiveram com pessoas surdas, além de questionar porque não tem LIBRAS na escola.

Palavras-chave: Ensino de Libras, Inclusão escolar, Língua Brasileira de sinais.

Introdução

O ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) se constitui algo relativamente novo na maioria das instituições públicas regulares; não só nestas, mas em muitos ambientes públicos, como bancos, lojas, igrejas etc. Muitos alunos e cidadãos desconhecem a Língua Brasileira de Sinais, devido ao déficit de seu ensino em escolas regulares ou na Educação Especial. Pensando nisto mais profundamente, percebe-se que além dos alunos, muitos professores desconhecem a LIBRAS ou a desvalorizam considerando que não é necessário estudá-la ou ensiná-la em uma escola regular, pois muitos professores acreditam que não irão se deparar com alunos surdos ou com outro tipo de deficiência. (Silva et.al, s/d)

A maioria dos professores acha desnecessário aprender libras por entender que não tem alunos surdos ou alguém na família, não pensam que podem ter alunos surdos em sala de aula futuramente, principalmente porque perante a Constituição Federal (1988), todos tem o direito de ir a escola, pois todos têm os mesmos direitos de acesso aos diferentes segmentos.

De acordo com Araujo et. al. (2006), ao longo da história da humanidade encontramos registros de que durante muitos anos as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência eram afastadas do convívio social. Na história da educação do surdo, desde seus primórdios, havia pouca compreensão sobre sua etiologia e aspectos psicossociais e eles eram colocados em asilos e afastados da sociedade da qual fazia parte. Buscando na história da educação informações significativas o atendimento educacional às pessoas com deficiência, pudemos constatar que, até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas ao misticismo e ocultismo. Não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realistas. Porém, no início do século XX, com os avanços da medicina, vários estudiosos decidiram analisar algumas patologias com a finalidade de compreender e buscar auxílio e resoluções a cada questão especificamente.

Ainda existe muito preconceito com pessoas surdas. Entre elas podemos destacar o termo “surdo mudo” e outras formas de discriminação, que as pessoas passa a usar, considerando as pessoas com deficiência sujeitos incapazes de fazer qualquer coisa, ou inúteis, desvalorizadas pela sociedade devido as suas necessidades especiais.



Segundo Vargas et. al (s/d), atualmente a sociedade está dando maior atenção e se organizando para o atendimento às pessoas com necessidades especiais por meio do cumprimento das leis (Const. Federal, 1988; LDB 9.394/96; Declaração de Salamanca, 1994) e regulamentações. Até 1988 já havia preocupação com as pessoas com deficiência, vale destacar a aprovação da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes em 1975, no qual descreve que pessoas com deficiência têm direitos perante a sociedade. Nesse período, o Brasil usava uma tendência mundial para o atendimento educacional, mas foi a partir 1988 que a educação das pessoas com deficiência passou a ser dever do Estado conforme está descrito no art. 208, Inciso III da Constituição Federal de 1988: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Todos têm direito de ir á escola publica regular e independente de sua deficiência, com algum especialista adequado para atende os alunos junto com o professor(a), para assim facilitar o aprendizagem do aluno com necessidades especiais nas escolas publicas, sendo este atendimento especializado um complemento a educação (LDB 9.394/96).

Em 1996 foi estabelecida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), especificamente no capítulo VI foi definida a educação especial e o papel do governo em relação aos alunos com deficiência. De maneira geral essa lei estabelece que esses alunos, ao serem matriculados nas escolas regulares, eles têm o direito de receber um apoio de especialistas e de suporte material, assim como deve haver uma preparação dos professores, para lidarem com estes alunos. A Constituição de 1988 é considerada o marco para a inclusão educacional das pessoas com deficiência no Brasil, pois foi a partir desta que o Estado passou a assumir legalmente a responsabilidade pela educação com a garantia de um atendimento especializado. Com o apoio dessa legislação, respaldada na LDBN 9.394/96, as escolas regulares passaram a receber esses alunos e iniciou-se esse processo de inclusão, o que até então não havia mecanismos legais para exigir do Estado tal responsabilidade, que já era uma preocupação remota da sociedade. O que se observa é que em termos de política pública a sociedade brasileira está relativamente respaldada quanto aos aspectos legais, mas ainda falha nos aspectos da efetividade das políticas públicas.



Por exemplo, atualmente o governo está colocando em prática a lei que determina aos cidadãos providenciarem pisos táteis em suas calçadas, isso para ajudar o deslocamento dos cegos. Existem pessoas, entretanto, que não acham necessárias essas medidas alegando que os cegos não vão ficar andando em frente às suas casas. Esses argumentos são evidências de que é preciso haver uma conscientização da população em geral. E como a sociedade é formada por pessoas com diferentes consciências e vontades; cabe ao Estado criar leis para organizar e regulamentar o convívio das mesmas em lugares públicos e dar acessibilidade para os portadores de necessidades especiais. (Vargas et al, s/d)

Do ponto de vista da legislação, o Brasil vem ao longo dos anos implementando leis que de alguma forma tornam a educação um direito de todos e, principalmente, contemplem uma educação de qualidade (Mendes et al, 2015).. Nesse sentido consta, na LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação) Lei 9.394/96, especialmente o capítulo III, Art. 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No Brasil a inclusão de pessoas com necessidades especiais é um grande desafio que a educação enfrenta. Em 2006, o MEC (Ministério da Educação), estabeleceu que não haveria mais escolas especiais. Com base na LDBN 9.394/96, capítulo V, entende-se por Educação Especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente nas redes regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Isto se deu devido a política de inclusão total proposta pelo MEC, que traz a política de inclusão de todas as pessoas com deficiência nas escolas regulares, sem a necessidade de adequação. Todavia, entende-se, atualmente, que a educação especial é uma modalidade complementar a escolarização, podendo ser oferecida em salas de AEE (atendimento Educacional especializado).

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) considerou quatro tipos de deficiências: auditiva, visual, física e intelectual. O levantamento foi divulgado (21/08/2015) (IBGE, 2015) e feito em parceria com o Ministério da Saúde. A Pesquisa Nacional de Saúde consultou 64 mil domicílios, em 2013.

Segundo o IBGE (2015), 6,2% da população têm algum tipo de deficiência. Dentre os tipos de deficiência pesquisados, a visual é a mais representativa: 3,6% dos brasileiros. Sendo mais comum entre as pessoas com mais de 60 anos (11,5%). O grau intenso ou muito intenso da deficiência

impossibilita 16% dos deficientes visuais de realizarem atividades habituais como ir à escola, trabalhar e brincar.

Boa parte da sociedade ainda está muito fechada para dar apoio as pessoas com deficiência acha que não tem o direito de ajudar se não houver vínculo familiar, assim cada vez mais é difícil de materializar as leis para facilitar os direito das pessoas com deficiência.

O processo de alfabetização no contexto brasileiro tem sido objeto de muitas reflexões, revelando a necessidade de superação de práticas mecanicistas que situam o professor como um tecnólogo. Essas reflexões indicam a necessidade de pensarmos e de efetivarmos a alfabetização de crianças como um processo articulado ao letramento, às práticas sociais de usos da língua escrita. Para tanto, requer um professor como mediador das aprendizagens no processo de aquisição da leitura e da escrita. Os estudos acerca da prática pedagógica alfabetizadora, no sentido de compreendê-la como prática sociocultural, postulam a viabilização de práticas leitoras e escritoras reais, contextualizadas. É importante, pois, compreender o processo de aquisição da língua escrita articulando-o aos processos de letramento. O Objetivo é ensinar aos alunos, a língua brasileira de sinais (Libras), assim fazendo com que os alunos possam se comunica com um surdo, para que possa ajudar quando necessário (Araujo et. al, 2006)

Metodologia

Esta pesquisa-ação começou no mês de maio de 2017, e tem previsão de termilidade em dezembro do mesmo ano. Tem como atividade principal de intervenção a ministração de aula de Libras para alunos ouvintes de uma escola de ensino básico regular estadual do município, de Areia localizada na Paraíba, sendo duas turmas do 8º ano A e B, sendo 28 alunos no 8º ano A e 30 alunos no 8º ano B. Estas ações estão vinculadas a um projeto de extensão da Universidade Federal da Paraíba CCA. O objetivo central do projeto é o ensino da Libras aos alunos ouvintes e a construção da consciências de reconhecimento dos direitos da pessoas surda, para a superação da discriminação social.

As ações dos projetos centram-se em aulas semanais, sendo duas aulas por semana, com duração de 40 minutos por aula. Os conteúdos ministrados são: alfabeto manual, numerais, cumprimento, meses do ano e dias da semana etc.

Na primeira semana ouve o conhecimento da turma e uma explicação de como ia acontecer as aulas, quais seriam os conteúdos ministrados, explicação do que é Libras. Seguindo as aulas uma semana ensinando o assunto na semana seguinte uma revisão do conteúdo aprendido na semana anterior, assim segue todas as semanas também com vídeos dinâmicas, durante as aulas entre os alunos para uma aprendizagem melhor. Ao contrário do que se imagina, a apresentação sinalizada do alfabeto oral (um empréstimo de outras línguas, em que as letras são dispostas manualmente de modo a escrever uma palavra), não é o modo principal de comunicação entre os surdos. Esta técnica é utilizada apenas para designar nomes de pessoas/estabelecimentos, ou para explicar, em última tentativa, uma palavra que não tenha sido compreendida pelo receptor. A comunicação em Libras se dá através de sinais manuais e não manuais, cuja configuração segue gramática específica: a posição e movimento da mão, o ponto de articulação do sinal isto é, no corpo ou espaço de sinalização e as expressões faciais ou corporais (Uzan et. al, 2008).

Segundo Mendes et. al(2015). A Língua de Sinais é a língua natural da comunidade surda, com regras morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas próprias, possibilita o desenvolvimento cognitivo da pessoa surda. A Língua de Sinais são sistemas de comunicação desenvolvida pela comunidade surda, constituindo-se em línguas completas com estruturas independentes das línguas orais. Os sinais são formados a partir de parâmetros como a combinação do desenvolvimento das mãos com determinado formato num determinado lugar, podendo este lugar ser uma parte do corpo. Na combinação desses parâmetros obtém-se o sinal.

Libras sendo a segunda língua brasileira, de acordo com a Lei 5626/03, deveria estar em vigor para que todos possam aprendê-la; não somente alunos e professores, mas todos os atores da escola.

Resultados e Discussões

Ao começar ministra as aulas de Libras, percebemos um pouco de interesse por poucos alunos e sempre questionando para quer aprender Libras qual sentido disso “se nunca vou precisar”. Os alunos achavam que Libras é “mímica,” não sabendo que Libras é uma língua brasileira de

sinais. Com o conhecimento que Libras é uma língua esses alunos estão valorizando mais querendo conhecer a história, criticando os demais que não se interessam.

Com a Lei nº 4365.626/03 e a Lei nº 10.098, de 19/12/2002. No Art 4º da legislação de Libras, onde cita que, o sistema Educacional Federal e os sistemas Educacionais Estaduais e Municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial de Fonoaudiologia e de Magistério o ensino da Língua Brasileira de Sinais, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNS, conforme legislação vigente como garantia de inserir Libras no currículo escolar, bem como possibilitar uma melhor interação entre professores e alunos. Ainda neste contexto de inclusão, o MEC, estabeleceu que não houvesse mais escolas especiais como substituição. Ao longo desses anos a educação para Surdos teve muitos avanços, mas ainda é necessária a quebra de alguns paradigmas existentes nessa questão. Mendes et. al. (2015), sobretudo, na construção de escolas bilíngues.

Com o passar das semanas os alunos estão tendo um maior interesse com as aulas buscando aprender mais, querendo entender, e já levam perguntas para fazer. Um aluno relatou que conseguiu ajudar um surdo na rua e assim ele se expressou: “Me senti (sic) ótimo, por isso que nunca tinha imaginado que um dia ia poder fazer isso”.

Muitos alunos ainda não se envolvem muito com as aulas, ficam sempre com conversas paralelas sem muito interesse em aprender, mas sempre as aulas estão sendo diferente para que todos tenham interesse em participa com dinâmicas, vídeos, conversa entre eles em Libras para um aprendizado melhor assim memorizando mais a cada aula.

A cada semana uma nova pergunta um novo questionamento, percebe-se grande interesse em aprender, “alguns alunos falam que estão ensinando aos seus familiares em casa o que aprendem na aula para que possa memoriza mais. Perguntam porquê não tem a disciplina de Libras na escola, questionando se é uma língua deveria ter na escola a disciplina, “como outra qualquer porque é importante já que um aluno surdo pode estar em escola normais” (aluno participante).

Segundo Araujo et. al.(2006), a partir do exposto, podemos constatar que o interesse pela temática decorre, primeiramente, das necessidades profissionais no sentido de ampliar

conhecimentos sobre o tema. E, em segundo lugar, é decorrente da importância de estudos sobre a alfabetização de crianças, focalizando as professoras alfabetizadoras como produtoras de saberes relativos ao trabalho docente. Entendemos, desse modo, que a partir de um contexto colaborativo e da reflexão crítica efetiva-se o desenvolvimento de processos de produção de saberes da prática de inclusão e alfabetizadora. Considerando essas reflexões, o estudo contempla a prática pedagógica alfabetizadora, propiciando reflexões sobre a ação pedagógica e sobre a construção de saberes, do saber-ser e do saber-fazer, necessários ao trabalho docente.

Considerações finais

Mesmo tendo o projeto em andamento, podemos preliminarmente dizer que a aprendizagem de Libras tem se tornado significativa, no cotidiano dos participantes, pois com pouco meses de aulas boa parte da turma já está envolvida, sempre querendo aprender, questionando lendo mais sobre história dos surdos e fazendo perguntas. Eles mesmos buscam sinais que ainda não foram apreendidos e fazem uso de, vídeos aulas em redes sociais. Tem alunos que já estão conversando com seus familiares, explicando que Libras não é mímica. Podemos concluir que está sendo desenvolvido um trabalho em busca de mostrar aos alunos que a Libras pode ser apreendida e aprimorada por e podem se comunicar com pessoas surdas. . E desta maneira que buscamos construir uma sociedade mais justa e melhor para todos.

De acordo com Mantoan (2003). Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe. Sendo assim, podemos afirmar que a inclusão é uma utopia possível.



Referencias

ARAÚJO, D. M. S.; SILVA, M. C.; SOUZA, W. P. A. **A influência da Libras no processo educacional de estudantes surdos em escola regular.** UFPE: Pernambuco, 2006.

DAXENBERGER, A. C. S. **Dados estatísticos sobre deficiência na população brasileira.**

.MANTOAN, M. T. E.. **Inclusão escolar: o que é? porquê? como?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, A. Q. S.; FIGUEREDO, F.; RIBEIRO, Dr. A. C. **Inclusão de alunos surdos na escola regular: Aspectos linguísticos e pedagógicos.** Revista da iniciação científica – RIC Cairu. Jun. 2015, vol 02, nº 02, p. 33-46, Issn 2258-1166.

SILVA, M,L.; DAXENBERGER, A. C. S..**Ensino de libras para alunos surdos da educação básica por meio de uma ação extensionista.**

UZAN, A. J. S.; OLIVEIRA, M. R. T.; LEON, I. O. R.. **A importância da língua brasileira de sinais – (libras) como língua materna no contexto da escola do ensino fundamental.** XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2008

VARGAS, J. S.; GOBARA, S. T. **O aluno surdo nas escolas regulares: dificuldades na inclusão.**